

**CONSTRUINDO RELAÇÕES POSSÍVEIS: UM OLHAR SOBRE OS DIREITOS HUMANOS, O ENSINO DE HISTÓRIA E AS EXPERIÊNCIAS DA HISTÓRIA RECENTE VIVENCIADAS POR ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICA**

Fabrcia Vieira de Araújo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ)

E-mail: fabricia\_va@hotmail.com

**Introdução**

O presente trabalho tem como intuito apresentar parte das discussões de uma pesquisa de Doutorado em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assim, objetiva-se expor uma análise acerca das representações sobre os direitos humanos nas falas de alunos do Ensino Médio de uma escola pública da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, e as relações que esses estudantes estabelecem entre os direitos humanos, os conteúdos curriculares do ensino de História e as experiências históricas recentes vivenciadas por eles próprios.

É oportuno mencionar que os direitos humanos são aqui entendidos enquanto direitos históricos, como assevera Bobbio (2004). Direitos que nasceram de modo gradual, não todos de uma só vez, despontaram inicialmente em determinadas conjunturas marcadas pelas lutas em prol de novas liberdades, em combate a velhos poderes. O rol de direitos humanos se altera com as transformações das condições históricas, por exemplo, “direitos que as declarações do século XVIII nem sequer mencionavam, como os direitos sociais, são agora proclamados com grande ostentação nas recentes declarações” (BOBBIO, 2004, p.13). Assim, os direitos podem inclusive transitar por mudanças nos tempos futuros, novas pretensões poderão surgir.

Os direitos humanos são comumente classificados em três gerações históricas ou dimensões. Conforme Mondaini (2008), a primeira geração restringe-se ao âmbito dos direitos civis e políticos, estabelecidos entre os séculos XVII e XIX; a segunda é marcada pelos direitos sociais, desenvolvidos em meados do século XIX e

aprofundados no século XX; e a terceira geração, mais recente, iniciada na segunda metade do século XX e que se estende aos dias atuais, diz respeito aos direitos dos povos, direitos coletivos da humanidade.

Nesse sentido, entende-se que os conteúdos no âmbito do ensino de História evocam a temática dos direitos humanos com maior ou menor aproximação e alguns direitos se inserem em determinados conteúdos que fazem parte da tradição curricular. Por exemplo, as dimensões históricas dos direitos humanos podem ser tratadas através da abordagem dos próprios fatos históricos marcados pelas lutas por direitos, como as inúmeras revoluções pelos quais os indivíduos foram conquistando seus direitos, em distintas conjunturas, é o caso da Revolução Americana, Francesa, Russa, Cubana, das lutas pela independência na Índia e na África do Sul, entre outras.

Além do âmbito da sala de aula, é possível entender que os alunos também estão vivenciando experiências da história recente brasileira que evocam, afrontam, os mobilizam a pensar sobre os direitos humanos, como é o caso, por exemplo, das disputas travadas por diferentes partidos políticos durante as eleições presidenciais de 2018.

Assim, serão apresentadas no presente trabalho as análises de grupos focais que tocam nas questões referenciadas acima, desenvolvidos em 2018 com os estudantes do Ensino Médio de uma escola pública em Campos. O nome da instituição não será divulgado, devido aos acordos estabelecidos com o Comitê de Ética da UERJ. De qualquer forma, pode-se dizer que a escola é considerada uma instituição tradicional da cidade, está situada em uma área central, com grande circulação de pessoas e um significativo comércio. É uma escola com ampla estrutura física e possui toda a Educação Básica.

Vinte e sete alunos da referida instituição participaram dos grupos focais. Apesar de a escola contar com uma grande estrutura, é contemplada por uma quantidade reduzida de discentes. Esses estudantes possuem a faixa etária entre 15 a 20 anos de idade; a maioria dos alunos, cerca de onze, se considera branco, sete discentes se consideram pardos, sete se veem como negros e apenas dois como amarelos. No tocante à religião que professam, quatorze afirmou aderir à católica, doze alunos à evangélica ou protestante e um discente apontou não seguir nenhuma religião; seis alunos possuem

algum tipo de trabalho e um pouco mais da metade, quatorze estudantes, afirmou viver próximo à escola; sobre a renda familiar mensal, oito alunos apontaram o valor referente a 1 salário mínimo, treze de 1 a 3 salários mínimos, quatro de 3 a 6 salários mínimos e apenas dois estudantes afirmaram ter uma renda familiar acima de 6 salários mínimos.

Passaremos nas próximas páginas para as discussões que foram propiciadas ao longo dos grupos focais.

### **Os direitos humanos, o ensino de História e as experiências: um olhar sobre as falas dos alunos**

Quando questionados sobre o que entendem a cerca dos direitos humanos, os estudantes apresentaram respostas variadas. Três alunas de um total de vinte e sete apontaram nada entender sobre os direitos humanos, mas que já ouviram falar, como assevera uma discente: “já ouvi falar, mas não sei o que é. [...] nunca quis me aprofundar também.” A jovem expressou pouco interesse.

Em uma turma, um aluno manifestou inicialmente o seu ponto de vista acerca dos direitos humanos e outros estudantes concordaram com sua fala, repetindo posteriormente ideia semelhante à de tal colega. Para o aluno aludido, “a proposta inicial dos direitos humanos é realmente uma proposta boa [...] só que hoje em dia acho que funciona muito mal. [...] eles simplesmente olham para o lado de quem tá completamente errado da história, acabam priorizando essas pessoas de forma ridícula.” Segundo esse jovem, atualmente os defensores dos direitos humanos concedem mais atenção aos criminosos. O discente expõe ainda o seguinte exemplo:

Um bandido morreu. [...] muitas vezes se a pessoa ela matou o cara sem opção, no caso de vida ou morte, ela vai ter que indenizar a família do bandido, acho isso completamente ridículo, porque quem começou errando foi o bandido. E acaba que hoje em dia isso fica completamente distorcido nas ideias das pessoas.

A partir desse excerto, entende-se que, possivelmente, o aluno é quem apresenta uma visão distorcida dos fatos, apresentando um exemplo sem fundamento, o que lhe faz formar ideias igualmente distorcidas acerca dos direitos. O direito enquanto possibilitador de injustiça aparece no discurso de um jovem, também a partir de outro exemplo, a saber: o fato dos detentos receberem certa quantia, destinada à sua família,

valor esse muitas vezes maior que o salário de um trabalhador. O aluno refere-se ao Auxílio-Reclusão. Conforme informação divulgada no *site*<sup>1</sup> do INSS:

O Auxílio-Reclusão tem o objetivo de assegurar a manutenção e sobrevivência da família do segurado de baixa renda que contribuiu para o INSS durante sua vida laboral e, que assim, gerou o direito de ter sua família amparada em caso de reclusão, conforme assegurado pela legislação previdenciária.

É comum as pessoas acreditarem que todos os presidiários possuem esse auxílio, todavia, essa é uma inverdade, a família de quem não contribuiu para o INSS e de quem não comprovar baixa renda, por exemplo, não poderá receber o benefício. Assim, informações pouco elucidativas, muitas vezes divulgadas na mídia, podem contribuir para que os indivíduos compreendam os direitos humanos erroneamente.

Quatro estudantes também afirmaram ouvir muitas pessoas falando mal dos direitos humanos, que os direitos humanos defendem bandidos, “que é injusto com a sociedade, que é um absurdo.” Nesse sentido, é possível constatar que em certos momentos, os jovens confundem os direitos humanos com os militantes, os órgãos ou as organizações que os defendem. Esses, por sua vez, não defendem o ato ou o sujeito criminoso, mas entendem que todo indivíduo tem o direito à defesa e deve ser julgado e condenado via processo penal do Estado, e que não prevaleça a justiça feita pelas próprias mãos, com métodos de tortura, por exemplo. É oportuno mencionar que, há mais de dez anos, Benevides (2000) já constatava certas deturpações presentes em nosso âmbito social a respeito desse tema, e uma delas é justamente a identificação dos direitos humanos enquanto direitos de bandidos, pensamento esse muito difundido pelos meios de comunicação de massa.

O modo de ver os direitos humanos como algo bom e ruim é perceptível nas representações desses alunos: “por um lado é bom e olhando pro outro lado também é ruim.” Para as pessoas inocentes quando acusadas de cometerem algum delito, os direitos humanos então despontam como algo bom, entretanto, quando “defendem criminosos”, esses direitos são vistos como negativos por alguns estudantes. Como lembra Chartier (1988, p.17), as representações estão “sempre colocadas num campo de

---

<sup>1</sup> Visto em: <https://www.inss.gov.br/auxilio-reclusao-desmistifique-boatos-e-entenda-quem-realmente-tem-direito/>. Acesso em: 09/04/2019.

concorrências e de competições.” Na fala de um jovem: “[...] traficante, esses caras que, bandido assim não merece nenhum direito humano não. [...] mata uma família de um de nós aqui, ninguém ia pedir direitos humanos.” Para esses alunos, os criminosos não merecem usufruir os direitos humanos devido aos atos que cometem. Na visão de outro estudante: “se a pessoa mata outra pessoa, como ela quer respeito? Como ela vai ter respeito?”

É oportuno ressaltar que esses jovens não estão apartados da sociedade que estão inseridos, na verdade, eles expressam ideias dos segmentos dessa sociedade. Como lembra Elias (1994):

A sociedade sem os indivíduos ou o indivíduo sem a sociedade é um absurdo. [...] Rica ou ousada que seja a imaginação de um indivíduo, ele nunca pode afastar-se muito do padrão contemporâneo de pensamento e discurso. Está preso a esse padrão, nem que seja apenas pelos instrumentos lingüísticos a seu dispor. [...] cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros de sua sociedade (ELIAS, 1994, p.56, 66, 123).

As representações sobre os direitos humanos nas falas dos alunos são compartilhadas por segmentos da nossa sociedade. O mundo social, as experiências, contribuem para a consolidação de ideias de direitos por parte dos discentes.

Uma aluna rebate a opinião dos colegas mencionados anteriormente com o seguinte apontamento: “ele merece respeito, mas a justiça que vai por o castigo deles. Eles têm que pagar pelo o que eles fizeram, mas tem que respeitar independente do que fez ou não.” Conforme outro discente: “por mais que ele seja criminoso, ele não deixou de ser um humano.” Indo ao encontro desses posicionamentos, uma estudante argumenta que:

[...] o ato dele pode ser desumano, mas ele realmente não deixa de ser um ser humano, ele não vai virar um mutante, não vai virar um avatar, não vai virar um alienígena, ele continua sendo um ser humano. Como ser humano, querendo ou não, a gente gostando ou não, ele tem o mesmo direito que todo mundo [...]. Ele pode ser o pior criminoso do mundo, sendo que se foi criado os direitos humanos pra defender a causa dele, por mais que no final a sentença seja culpado, ele ainda é um ser humano que merece usufruir dos direitos que foi dado a ele, não por merecimento dele, mas por merecimento nosso, no coletivo, porque quando é dado os direitos humanos, quando foi dado, não foi pensando só no Yuri, foi pensando no Yuri, na Lívia, na Larissa, na Gabriela, no Ruan, em todos, foi no coletivo. Então a gente não

pode tirar o direito desse um único indivíduo, porque todos ganhamos por igual, então todos temos que ter o direito de usufruir por igual.

Nesse sentido, é possível constatar que alguns desses jovens entendem o caráter universal, o caráter coletivo dos direitos humanos, ou seja, são direitos comuns a todos os indivíduos. Sete estudantes manifestaram explicitamente essa perspectiva da universalidade dos direitos. Esses jovens apresentam ideias muito claras acerca do que são os direitos humanos, mesmo apesar da visão negativa de “defender bandido” mencionada por outros colegas. Para aqueles primeiros alunos, os direitos humanos são “direitos que um humano pode ter, né? [...] seja bandido, homem, mulher, negro, qualquer coisa.” Ou então: “todos os humanos tem direitos iguais, independente se é mulher, se é homem, tem direito de ter um emprego, ter sua própria família, constituir uma família que achar melhor.”

Uma estudante aponta ter lido na rede social Instagram informações sobre o tema. Segundo essa aluna, no contexto da disputa presidencial presente naquele momento, muitos foram aqueles que acusaram o atual presidente de infringir os direitos humanos, “que ele não respeita as domésticas, as mulheres, os negros e tal. Aí tem gente que apoia ele e que não liga muito pra isso [...]” Dessa forma, a intenção da postagem no Instagram era a de esclarecer o que são os direitos humanos. Conforme a discente:

[...] aí a pessoa descreveu desde o começo, e ela dava alguns exemplos básicos, tipo assim, se você utiliza da saúde pública você está usando um direito humano, se seu filho vai à escola, ele está utilizando um direito humano. Porque direitos humanos não precisa ser uma coisa mirabolante, o básico já é um direito humano, ir e vir, liberdade de expressão.

Uma aluna também citou o direito ao voto, enfim, “direitos básicos de uma sociedade em geral.” Outra discente também entende os direitos enquanto “as coisas que a gente lutou”, sendo complementada pela sua colega: “e luta ainda, né? Porque falta muita coisa, tá um processo.” É possível perceber, portanto, que elas compreendem que os direitos humanos são objeto de luta, não são meros favores concedidos por nossos representantes políticos e não foram conquistados como num “passe de mágica”, direitos que não nasceram todos de uma única vez, mas que foram conquistados ao

longo de um processo, como remete Bobbio (2004). Por tudo o que foi dito, verifica-se que os discentes possuem um entendimento acerca de quais são os direitos humanos.

Ainda é oportuno mencionar que, de acordo com Bobbio (2004, p.11) “uma coisa é proclamar esse direito, outra é desfrutá-lo efetivamente.” A esse respeito, os estudantes também apresentaram muita clareza, não perderam de vista a significativa diferença entre os direitos anunciados nas leis e aqueles que existem na prática, que são realmente desfrutados. Eles reconhecem a ausência de direitos. Uma discente acredita que falta mais respeito, outra citou a empatia e, nas palavras da primeira aluna: “cumprir, né, porque não adianta ter a lei no papel se não cumpre.”

Seguindo a mesma linha de raciocínio, um aluno afirmou que: “eu já ouvi falar, mas não tenho muito conhecimento. Acho que seria direito que todos teriam que ter, mas eu acho que praticamente quase ninguém tem.” Para outra aluna, os direitos humanos são “muitas das coisas que o pobre não tem,” como, por exemplo, o direito a uma educação decente, à saúde, ao saneamento básico, à segurança, a um bom trabalho.

Aqui, a questão da cor emerge novamente. A cor está associada à pobreza e à ausência de direitos. Os alunos entendem que os negros não possuem os mesmos direitos que os brancos e que as oportunidades não são as mesmas. Como aponta a estudante anterior:

“[...] A oportunidade que o Emanuel vai receber na vida, talvez o Juliano não receba, porque Emanuel ele é branco, ele é alto, ele tem olhos claros, vão olhar as condições, onde estudou, o Juliano em contrapartida é negro, deficiente auditivo, então pra ele não vai ser visto que ele tem direito humano [...]”

A questão de gênero também emerge na problemática dos direitos, uma aluna exemplificou com as diferenças de salário entre homem e mulher, os direitos não são os mesmos na prática. Nesse sentido, a própria experiência histórica vivenciada por esses alunos contribui na consolidação de ideias de direitos humanos: no papel os direitos funcionam de uma maneira, e na prática, de outra. Conforme Thompson (1981), a experiência:

compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. [...] A experiência surge

espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo (THOMPSON, 1981, p.15-16).

A partir das falas dos estudantes dessa escola, foi possível constatar variadas representações de direitos humanos. Os direitos humanos despontam enquanto direitos de bandidos, sendo assim percebidos numa perspectiva negativa. Mas são também compreendidos numa dimensão positiva, quando empregados a favor de inocentes, por exemplo. Por um lado, são direitos universais, por outro, são direitos que devem ser garantidos somente aos “humanos direitos”, devem ser limitados.

De qualquer forma, pelo que foi aqui abordado, verifica-se que os discentes possuem um entendimento acerca de quais são os direitos humanos, o que contraria a perspectiva do professor de História desses jovens, que declarou acreditar que seus estudantes não conhecem os direitos. Muitas vezes os jovens são vistos com pouca credibilidade, essa não foi uma afirmação do professor daqueles alunos, mas, como assevera Abramo (1997), grande parte das abordagens referentes aos jovens possui dificuldades em considerá-los enquanto sujeitos atuantes, capazes de alvitrar ações significativas, de colaborar para a resolução dos problemas e não apenas sofrê-los. Gil (2012) assinala que um desafio expressivo assentado ao Ensino Médio nos dias atuais diz respeito ao reconhecimento dos jovens para além dos estereótipos então a eles infligidos, enquanto sujeitos alienados, consumistas, apáticos e não politizados.

Segundo os alunos, as informações no que diz respeito aos direitos humanos chegaram a eles por diferentes meios, a saber: pela televisão; internet; redes sociais, como WhatsApp e Facebook; filmes, como Tropa de Elite e Cidade de Deuses; através de experiências pessoais; da escola, como no estudo das disciplinas de Bioética Brasileira, Filosofia, História e principalmente Sociologia; pelo diálogo com os pais e com a família. É possível entender que os meios de comunicação e meio tecnológico possuem significativa relevância na difusão de representações sobre os direitos humanos. Conforme Chaib (2015, p.364): “a nova tecnologia não cria, por si só, novas representações do mundo, nem novos conhecimentos, mas contribui substancialmente para a difusão das concepções das pessoas e das representações do mundo, de maneira rápida e global.”



A escola não se exime de contribuir na consolidação de ideias sobre os direitos humanos. A Sociologia foi comumente mencionada pelos jovens, mas quando questionados acerca da disciplina História, os alunos tiveram um pouco mais de dificuldade em associar direitos humanos e o ensino da referida disciplina. De forma geral, eles acreditam que os conteúdos do ensino de História podem se relacionar com o âmbito dos direitos, mas muitos não conseguiram desenvolver um raciocínio a respeito e os que se manifestaram foram breves em seus exemplos. Alguns asseveraram não lembrar de muita coisa. Outros falaram diretamente “deve ter, mas eu não sei”, “tem a ver, mas não sei explicar”, ou então, “não tem o que falar [...] nunca relacionei nada com História.”

Um aluno apontou que “toda revolução, toda essa história, assim, de revolução, são pessoas que lutam pelo direito que elas não tinham.” Outro estudante disse que “todos os movimentos realizados antes foi em busca de seus direitos, como liberdade e o direito de opinar. Não tinha isso, agora a gente tem o direito a ter esses direitos [...]”. Em consonância com essas assertivas, uma aluna asseverou que “cada direito que o homem tem foi uma luta no passado [...]”. Esses discentes não apontaram um conteúdo específico do currículo da História escolar, mas associaram que os direitos são fruto de lutas que ocorreram no passado, como nas revoluções. Eles também entendem que os direitos de que somos detentores não surgiram de modo aleatório, acidental.

Um dos alunos anteriores também mencionou a escravidão e a Revolução Industrial. Sem discorrer demasiadamente sobre os referidos conteúdos, o estudante apontou que os negros lutaram pelos seus direitos, a terem os seus direitos iguais aos das pessoas brancas, da mesma forma os trabalhadores, “[...] pra poder trabalhar nas fábricas sem as condições que eles tinham, que eram desumanas.” O aluno associou os direitos humanos aos próprios fatos históricos marcados pelas lutas por direitos.

Outro aluno também citou a escravidão, mas não explicitou seu ponto de vista. Aproveitando o referido conteúdo mencionado, uma discente apontou o seguinte:

[...] a gente pode ver que, estudando História, a gente vai vendo que o tempo foi se passando e houve uma luta pra conquistar, como por exemplo, os negros. Antigamente eram todos escravos, aí veio a alforria dos negros e tal, [...] como por exemplo deixou de ser mão de obra escrava pra ser assalariado, com horário pra entrar, por mais que não se seguia. O certo era até 8 horas de trabalho mas ainda assim não era, não era com boas condições, mas a luta

começou aí, então sim, teve sim esse... essa travessia de um estado pro outro até chegar hoje, onde a gente pode não ter totalmente acesso aos nossos direitos humanos, mas em comparação a como era lá trás, a gente tem, a gente pode dizer que tem, então claro que tem relação.

Novamente, a questão dos direitos humanos e sua relação com o ensino de História se associa à luta para conquistar esses direitos, iniciada no passado e travada ao longo do tempo, chegando ao presente com os direitos alcançados, embora nem sempre implementados.

Uma aluna mencionou a história do nazismo e constatou que:

“foi uma coisa contra o direito, né. [...]. Eles não tinham a liberdade de se expressar, né, eles tinham sempre que obedecer aquilo que aquele governo dizia que era o correto, eles não podiam ficar, ir contra, ser oposição, porque eles eram assassinados, torturados, tinha aquele negócio de... aquelas câmeras de gás. [...] perseguia o judeu [...].”

Assim, é possível verificar que a aluna e também suas colegas de turma associam nazismo e a ausência dos direitos humanos, o nazismo enquanto algo negativo no âmbito dos direitos.

Outra estudante citou as Diretas Já, apesar de desconhecer o seu significado: “Diretas Já foi o quê? Quê que é isso? Nem sei da onde que surgiu, da onde que surgiu essa história na minha cabeça...” Sua colega responde: “o voto direto do povo.” O direito ao voto é aqui aludido, mas sem informações mais consolidadas a respeito do conteúdo que o referencia.

Uma discente também fala da Era Vargas enquanto algo positivo no âmbito dos direitos humanos, devido à criação dos direitos trabalhistas. A aluna é capaz de situar a origem de tais direitos no Brasil, mas, novamente, também não fornece maiores informações sobre o assunto. Sua colega aproveita o assunto abordado e menciona o fato das mulheres não poderem trabalhar no passado.

Por fim, alguns participantes do grupo focal também apontaram que os direitos humanos não se relacionam com todo o conteúdo de História, existem assuntos que não tem nada a ver com os direitos. Um estudante citou como exemplo a Revolução Industrial. Todavia, alguns de seus colegas de turma discordaram de sua opinião, indicando que esse assunto se relaciona sim, foi nesse contexto que começaram as indústrias, os primeiros empregos, mas os trabalhadores não recebiam todos os seus

direitos. A Revolução Industrial é vista novamente pelos alunos na ótica da ausência de direitos.

Portanto, foi possível constatar que os estudantes se apoiam na generalização dos exemplos da História quando relacionam os direitos humanos ao estudo dessa disciplina. A associação ocorre na medida em que eles recorrem a exemplos positivos ou negativos dos direitos humanos em diferentes fatos históricos. Assim, entendemos que o ensino de História esteja atuando na formação de ideias fragmentadas e pouco consolidadas acerca dos direitos humanos por parte dos alunos que participaram dessa pesquisa. Sustento aqui a necessidade de o ensino de História ter uma relação mais explícita com os direitos humanos, afinal, nos dias atuais, em que os nossos direitos são constantemente violados, é de suma importância trazermos à tona a discussão acerca dos direitos que foram declarados em diversos processos históricos como humanos.

### **Referências Bibliográficas**

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista brasileira de educação*, nº5, p.25-36, 1997.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Educação em Direitos Humanos: De que se trata?* Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos, São Paulo, 18/02/2000. Disponível em: <http://hottopos.com/convenit6/victoria.htm>. Acesso em: 02/06/2019.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHAIB, Mohamed. Representações sociais, subjetividade e aprendizagem. *Cadernos de Pesquisa*, v.45, n.156, p.358-372, 2015.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Participação juvenil e escola: os jovens estão fora de cena? *Última Década*, n.37, p.87-109, 2012.

MONDAINI, Marco. *Direitos Humanos*. São Paulo: Contexto, 2008.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.